



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Cabeça de chapa?

Nos bastidores, fala-se que o candidato natural do MDB para o Governo do Distrito Federal (GDF) será o deputado federal Rafael Prudente, apesar de ainda não haver confirmação oficial. “O partido não abre mão de compor a chapa majoritária”, disse à coluna Rafael Prudente que, por enquanto, oficialmente, é candidato à reeleição à Câmara dos Deputados. A declaração foi feita após o governador Ibaneis Rocha anunciar a retirada do apoio à atual governadora na corrida ao Buriti.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Queixas de Ibaneis

As reclamações de Ibaneis Rocha vão além da governadora Celina Leão. O mal-estar também teria chegado à Câmara Legislativa. O ex-governador estaria chateado com deputados distritais, até então aliados de seu governo, e sentindo-se traído. O distanciamento e uma possível tentativa de descolar a imagem do ex-chefe do Executivo estariam entre as queixas.

Servidores da CLDF serão renomeados

O imbróglio envolvendo os servidores da Diretoria de Modernização e Informática (DMI) da Câmara Legislativa (CLDF) parece estar próximo de um fim. Após reuniões realizadas nos últimos dias entre o 4º secretário da CLDF, deputado Robério Negreiros (Podemos) e o Sindicato dos Servidores da Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindical), a equipe técnica da diretoria apresentou ao parlamentar uma lista tripla. A relação é composta por servidores efetivos da própria diretoria, todos com reconhecida experiência e legitimidade junto à equipe. De acordo com o Sindical, “a indicação deverá recair sobre o servidor Wagner Lopes Dias, profissional que atua há mais de 20 anos na Câmara Legislativa e possui amplo conhecimento técnico e operacional da DMI”. Também ficou acordado que os chefes e substitutos que apresentaram pedido coletivo de exoneração serão renomeados pelo 4º secretário, assegurando a continuidade dos trabalhos e a normalidade administrativa da DMI.



Divulgação/CLDF

Reestruturação de carreira

Será votada na próxima semana na CLDF a Proposta de Emenda à Lei Orgânica que trata de uma das maiores carreiras de servidores públicos do GDF. De acordo com a proposição, a carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, a PPGG, será considerada típica de Estado. Na prática, passam a ser reconhecidos pelo exercício de funções essenciais e exclusivas. O envio da proposta, de autoria do Executivo, foi articulado pelo sindicato que representa a categoria, o Sindireta, e pelo presidente da Câmara, Wellington Luiz. A entidade encara a alteração como um degrau rumo a reestruturação.

Cidadão honorário

O empresário e fundador da Casa da Moldura, Hígino França, recebeu, ontem, o título de Cidadão Honorário de Brasília. A honraria foi proposta pela deputada Jaqueline Silva (MDB) e é concedida pela Casa a pessoas que prestaram relevantes serviços à sociedade. Nascido no Rio de Janeiro, Hígino veio para Brasília em 1974 e em 1989 fundou a primeira loja especializada em molduras da capital. “É um prazer, uma alegria, uma satisfação e uma gratidão receber este reconhecimento. Deus, hoje, não vou te perturbar, só vou agradecer”, disse Hígino, ao receber o título em sessão solene.



Reprodução

Democracia paritária

O Senado Federal recebe, hoje, o encontro *Mulheres que Pensam o Brasil*. A iniciativa reunirá lideranças femininas da política, do Judiciário, da advocacia, da academia e da sociedade civil de diversas regiões do país para a construção da *Carta das Mulheres para a Política*, documento suprapartidário voltado à ampliação da presença feminina nos espaços de decisão. O evento contará com a participação de parlamentares, como a senadora Leila do Vólei (PDT-DF).

Entre os temas a serem debatidos estarão violência política de gênero, desinformação, participação feminina e justiça climática. “O Brasil não tem um déficit de mulheres preparadas para a política. Tem um déficit de condições para que elas cheguem e permaneçam. A Carta nasce para mudar isso, a partir das próprias mulheres”, afirma Gabriela Rollemberg, advogada, fundadora do Queremos Você Eleita e uma das participantes do debate.



Divulgação

Comissão do Senado aprova pedido de Damares sobre possível delação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou, nesta semana, um requerimento da senadora Damares Alves que solicita à Procuradoria-Geral da República (PGR) o compartilhamento de informações sobre a operação BRB-Master. O documento mira a “eventual existência de acordo de colaboração premiada” envolvendo o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa. O objetivo é fazer com que os dados colhidos pelo Ministério Público sejam compartilhados institucionalmente com o Grupo de Trabalho da CAE, que acompanha de forma permanente os desdobramentos e os impactos financeiros ligados ao Banco Master.



Divulgação

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

CASO MASTER

Parlamentares distritais e federais estiveram com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para pedir dados abertos em relação à situação financeira do Banco de Brasília e acusaram o GDF de protelar soluções para a instituição

Deputados cobram do BC transparência sobre o BRB

» ANA CAROLINA ALVES

Deputados distritais e federais da oposição cobraram do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, transparência sobre a situação financeira do Banco de Brasília (BRB) e acusaram o Governo do Distrito Federal (GDF) de protelar soluções para a crise. A reunião, na manhã de ontem, foi organizada pelas deputadas federais Fernanda Melchionna (PSol-RS) e Sâmia Bomfim (PSol-SP). Participaram os distritais Fábio Felix e Max Maciel, ambos do PSol, a deputada federal Erika Kokay (PT) e a parlamentar gaúcha. Eles defenderam investigações sobre a gestão do BRB sem comprometer a sobrevivência da instituição.

Após o encontro, Fábio Felix avaliou que Gabriel Galípolo demonstrou sensibilidade quanto às

ponderações apresentadas. “Entendemos que o Banco Central também está preocupado com o BRB, por isso tem ajudado a buscar soluções e colocado esse cartão de soluções na mesa”, afirmou.

Por outro lado, o distrital criticou a atuação do GDF — acionista majoritário do banco — e afirmou que as medidas adotadas até o momento não têm sido suficientes para enfrentar a crise. “As ações do governo do DF, em ano eleitoral, são muito mais protelatórias em relação à questão do BRB, esperando chegar a outubro, passar o processo eleitoral, do que, de fato, buscar soluções efetivas para o banco”, declarou. Segundo Félix, embora o governo não queira a liquidação do banco antes das eleições, “não parece haver uma preocupação sólida e consistente com o salvamento da instituição”. “Eles estão empurrando com a barriga. Essa

Divulgação



Gabriel Galípolo recebeu Max Maciel, Erika Kokay, Fernanda Melchionna e Fábio Felix



Aponte a câmera e assista à reportagem

é a impressão que nós temos”, disse.

O parlamentar destacou que a principal reivindicação da bancada foi por mais transparência sobre a realidade financeira do BRB. “Cobrar a investigação, cobrar que os dados sejam abertos para a população, para a gente entender qual é a situação do banco em relação ao seu caixa e a vários outros temas”, ressaltou.

Sobre a publicação dos balanços atrasados de 2025 e do primeiro trimestre de 2026, Felix afirmou que o BC não estipulou novo prazo desde 31 de março e que a data de 29 de maio foi definida exclusivamente

pelo BRB. “A análise do BC, hoje, é uma análise de caixa, liquidez, capital e patrimônio. Por isso, há muitas reuniões para buscar soluções, porque as medidas mais drásticas, que têm maior impacto, só devem ser tomadas em último caso”, explicou.

Max Maciel assinalou que a demora na divulgação de soluções concretas para a crise é o que mais preocupa os parlamentares e a população do Distrito Federal. “O atraso do balanço, independentemente do prazo formal do BC, é algo importante para nós, porque, se houver protelação, nós vamos acabar perdendo a oportunidade de manter um banco do DF para a população do DF”, alertou.

O distrital também comentou a possibilidade de utilização do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) como garantia de empréstimos ou créditos para o BRB e

ponderou que a medida pode comprometer áreas essenciais. “Grande parte do fundo é destinada à segurança pública, à educação e à saúde. Mexer nesse recurso pode afetar áreas sensíveis para a população do DF”, enfatizou. Segundo ele, os parlamentares querem que o GDF apresente publicamente quais medidas pretende adotar. “Não podem ser apenas conversas bilaterais com determinados setores. A população do DF precisa saber, na prática, como o governo pretende resolver essa situação diante do ponto a que o banco chegou”, frisou.

Articulação

Erika Kokay avaliou que o BRB é “vítima desse processo” e defendeu a construção de soluções que preservem o banco e seus impactos econômicos e sociais. Para a

deputada, a movimentação do GDF ainda não apresentou medidas concretas suficientes para enfrentar a crise. “O que me parece é que o GDF encaminhou ao governo federal um ofício solicitando uma garantia. Mas há uma série de condições que precisam ser avaliadas e, ao mesmo tempo, documentações e instrumentos que o GDF também precisa apresentar”, disse. Segundo Erika, “a impressão que fica é que o GDF está apenas tentando postergar e responsabilizar o governo federal por uma crise criada pelo governo local”.

A parlamentar acrescentou que a bancada petista está à disposição para auxiliar nas negociações com o governo federal. “Já tivemos, inclusive, um encontro com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, na perspectiva de que possamos sentar e buscar uma solução para o BRB”, salientou.

Fernanda Melchionna defendeu a responsabilização dos envolvidos sem comprometer o funcionamento do banco público. “Todos os corruptos têm que ser punidos, mas não se pode rifar um banco público, que é muito importante para as políticas públicas”, afirmou. Segundo ela, a crise pode gerar impactos para além do Distrito Federal, atingindo depósitos judiciais e políticas públicas vinculadas ao BRB. “De novo, o povo paga a conta da roubo do Banco Master”, criticou.

A deputada federal reforçou a defesa da instalação de uma CPMI para investigar o caso e afirmou que o requerimento já reúne assinaturas suficientes na Câmara e no Senado.